

IDEA

Instituto de Planejamento Econômico e Social

INPES

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 145

"Distribuição de Renda: Evolu
ção no último quarto de sécu
lo"

Regis Bonelli
Guilherme Sedlacek

Junho de 1988

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 145

"Distribuição de Renda: Evolução no último quarto de século"

Regis Bonelli
Guilherme Sedlacek

Junho de 1988

Tiragem: 70 exemplares

Trabalho concluído em: Junho de 1988

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º/17º andares
Rio de Janeiro - RJ
20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

SINOPSE

O artigo tem como objetivo apresentar um conjunto de resultados sobre a evolução da distribuição de renda no Brasil entre 1960 e 1986, com ênfase na distribuição da renda pessoal. Pretende-se não mais do que uma sistematização de resultados já conhecidos, com a finalidade de comparar perfis no longo prazo.

A análise sugere que o aumento da concentração de renda observado entre 1960 e 1986 ocorreu básica e principalmente até meados da década de 70. A partir daí passou-se por uma fase de desconcentração, até o início dos anos 80. Na recessão aumenta novamente a concentração, quando se consideram os dados de 1981 e 1983. O processo de concentração continua na fase de recuperação, até 1985, e sofre reversão não muito expressiva em 1986, apesar dos extraordinários ganhos de renda média nesse último ano. Estima-se que os índices de concentração sejam atualmente da mesma ordem de grandeza dos de final dos anos 70.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: EVOLUÇÃO NO ÚLTIMO QUARTO DE SÉCULO

Regis Bonelli*

Guilherme Sedlacek*

1 - INTRODUÇÃO

A prioridade conferida pelo governo ao objetivo de maximização da taxa de crescimento econômico ao longo do final dos anos 60 e parte da década de 70 trazia implícita a idéia de que as transformações estruturais engendradas pelo rápido crescimento tornariam as desigualdades de acesso a bens e serviços progressivamente menos graves a mais longo prazo. A evidência disponível, no entanto, apresentada mais adiante, aponta para uma deterioração, embora não muito significativa, do perfil distributivo brasileiro nos anos 70, seguida de uma redução dos índices de concentração de renda até o começo da década de 80, no início da recessão econômica dos anos 1981-83, e um novo aumento da desigualdade na distribuição de renda com a retomada do crescimento econômico no período seguinte. Na análise e interpretação desses processos é importante levar em consideração a evidência censitária das elevadas taxas de crescimento da renda para praticamente todos os segmentos da população que auferiram algum rendimento, e também a evidência preliminar das PNADs de 1985 e 1986, que aponta para uma retomada deste crescimento com a recuperação da atividade econômica no período pós-recessão.

O presente artigo é composto por duas seções, além desta introdução. Na segunda seção apresentamos um resumo da evolução da distribuição de renda na década de 60. Embora o objetivo principal deste artigo seja a análise da evolução da distribuição de renda nos anos 70 e 80, a análise da década de 60 se justifica porque, segundo mais de uma interpretação, foi a concentração na distribuição pessoal de rendimentos que teria tido lugar em meados dos anos 60 que animou o boom industrial liberado pela pro

*Do Instituto de Pesquisas do IPEA. Os autores agradecem os comentários de Milton da Mata.

dução de duráveis de consumo a partir de 1968. Além disso, é possível mostrar que praticamente todo o aumento de desigualdade na distribuição pessoal da renda observado no último quarto de século - a rigor, entre 1960 e 1986 -, ocorreu nos anos 60.

A terceira seção analisa o período pós-70 e se divide em duas subseções, sendo que a primeira cobre a década de 70 e a segunda começa em 1980. Duas conclusões importantes podem ser destacadas desta análise. A primeira aponta para uma pequena deterioração dos índices de concentração da distribuição de renda na década de 70, mas observada no período anterior aos anos 1976/77. Observamos uma melhora nestes índices no período imediatamente posterior, com valores mínimos sendo alcançados durante a recessão econômica, particularmente em 1981. A seguir, com a retomada do crescimento econômico no período 1984/85, nota-se uma piora na distribuição de renda, voltando-se a índices de concentração semelhantes aos observados em 1977/78. A análise termina revelando uma pequena redução nos índices de concentração com o advento do Plano Cruzado em 1986.

A segunda conclusão refere-se à evolução da renda média real durante o período de análise. A renda real média (em Cr\$ 1000), excluindo os indivíduos sem rendimentos, decresce de 2.243 em 1976 para 1.835 em 1983 (-18%), passando a 2.222 em 1985 (crescimento de 21% em relação a 1983);¹ ela atinge 3.112 em 1986 (aumento de 40% em relação a 1985), recordando-se que parte deste último ano foi o período do Plano Cruzado. Deve ser observado que o efeito cumulativo do processo de recuperação econômica até 1985 foi o de conseguir voltar à renda real média de 1976/77. Note-se que todos os valores monetários referidos neste artigo foram convertidos em cruzados de setembro de 1986, usando-se o INPC como deflator.

¹Ver IBGE, Indicadores Sociais (1979, 1984), capítulos referentes à distribuição de renda.

2 - OS ANOS 60 E O DEBATE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Análises quantitativamente fundamentadas das alterações na distribuição de renda constituem esforços relativamente recentes no Brasil. Estudos pioneiros foram realizados na segunda metade dos anos 60, tendo como motivação a análise dos efeitos redistributivos das fórmulas de reajuste salarial implementadas a partir de 1965 e da concomitante inflação corretiva destinada a restabelecer a "verdade dos preços" pela eliminação de subsídios concedidos a serviços públicos e liberação de aluguéis. As implicações redistributivas destas medidas são hoje em dia claramente reconhecidas: queda do salário mínimo real da ordem de 30% entre 1965 e 1967, devido à persistente subestimativa do denominado "resíduo inflacionário", taxa que refletia a expectativa do governo quanto à inflação no período pós-reajuste do piso salarial mínimo. A correção da fórmula original em 1968 não impediu que se constatasse que, ao longo da década como um todo, foram os níveis de renda próximos ao salário mínimo os que mais perderam participação relativa no total. Mas foi a utilização dos dados dos censos demográficos de 1960 e de 1970 que ampliou consideravelmente o debate, permitindo a avaliação do comportamento da distribuição de rendimentos (e não apenas dos salários) nos anos 60.²

O fato de que todos os estudos que trataram empiricamente do tema³ tenham encontrado essencialmente o mesmo resultado - um substancial aumento da concentração da renda entre 1960 e 1970 - permitiu que a discussão se deslocasse da medição da desigualdade para a interpretação do fenômeno: como interpretar o fato de que todos os decis da distribuição, com exceção do superior, houvessem experimentado uma redução de sua participação na renda global? Em outras palavras, como explicar o fato de que a taxa de crescimento da renda real dos 10% superiores da População Economicamente Ativa entre 1960 e 1970 (101%) tenha sido mais de duas vezes a

²Uma resenha da controvérsia encontra-se em Bacha e Taylor (1978); ver também a coletânea organizada por Tolipan e Tinelli (1975).

³Ver Hoffmann e Duarte (1972), Fishlow (1972), Hoffmann (1975), Fishlow (1973), Langoni (1973).

taxa média de crescimento de renda real dos 80% inferiores (46%), daí resultando um aumento do índice de concentração de Gini no Brasil, que já era relativamente alto em 1960 (0,50), de quase 7 pontos de percentagem (0,565 em 1970)?⁴

Algumas abordagens procuraram deslocar a discussão dos rumos que vinha assumindo - ênfase nos efeitos da política salarial, inflação corretiva, subsídios ao capital, não neutralidade da política econômica, dependência de salários "gerenciais" dos níveis de lucro das empresas, ênfase na importância da fase do ciclo para a evolução da distribuição funcional da renda e na estrutura de mercados de trabalho imperfeitos - ao apresentar uma interpretação que enfatizava basicamente dois aspectos (Langoni, 1973).

a) mudanças "clássicas" na distribuição de renda associadas a qualquer processo de desenvolvimento capitalista;

b) desequilíbrios temporários no mercado de trabalho, associados a uma expansão diferenciada da demanda por mão-de-obra qualificada em condições de oferta inelástica a curto prazo.

As conclusões da análise referida eram claras: o observado aumento da regressividade na distribuição de renda entre 1960 e 1970 seria um fenômeno não só natural e inevitável em uma economia em desenvolvimento como, também, temporário e, principalmente, autocorrigível à medida que a expansão apropriada da oferta de mão-de-obra qualificada ("educada") eliminasse as quase-rendas apropriadas pelos qualificados - em última análise, a causa básica do aumento da desigualdade.

Além do fato de que, como veremos adiante, não tenha sido do isso que ocorreu nas duas décadas seguintes, os aspectos acima referidos merecem algumas qualificações. Em primeiro lugar, e quanto às mudanças "clássicas" na distribuição, as referências são os trabalhos de Kuznets que identificaram mudanças seculares na dis-

⁴ver Langoni (1973), Tabelas 3.5 e 3.6.

tribuição de renda em economias hoje avançadas; nas fases iniciais do desenvolvimento dessas economias a transferência da população da agricultura para a indústria, ou de setores de menor para maior produtividade, o ingresso de mulheres e crianças na força de trabalho, etc. foram fatores tendentes a aumentar a concentração da renda. Forças econômicas e políticas operando a prazo mais longo teriam o efeito de diminuir o grau de concentração. Esta interpretação adota a generalização de Kuznets para processos seculares aplicando-a à experiência de uma década no Brasil. A parábola conhecida como "curva Kuznets", empiricamente ajustada a partir de dados longitudinais constituiria, assim, uma evidência em favor não só da tese da inevitabilidade como também do caráter temporário do aumento da concentração. Haveria um nível de renda per capita a partir do qual o Brasil entraria em uma fase de redução da concentração à medida que crescesse o PIB per capita. É amplamente reconhecido, no entanto, o cuidado que devem inspirar conclusões quanto à evolução no tempo extraídas de dados tipo cross-section : os países subdesenvolvidos não necessariamente tendem a reproduzir exatamente a mesma trajetória de desenvolvimento de países hoje avançados. Ademais, se a parábola existisse, este tipo de análise sugere que o Brasil já deveria estar no seu ramo descendente no ano de 1970, em relação a 1960, ao contrário do que ocorreu.

Em segundo lugar, e quanto à tentativa de interpretar o aumento da concentração através dos desequilíbrios no mercado de trabalho, a essência do argumento está na inelasticidade da oferta de mão-de-obra qualificada em condições de acentuada expansão da demanda por este tipo de trabalho. A dispersão de salários é racionalizada de forma simples e direta. O problema aqui é a circularidade do argumento. Na verdade, as formas das curvas de oferta e demanda são inferidas a partir dos valores observados ex-post ao longo do tempo, dos salários de pessoal qualificado e não qualificado. Em seguida estas formas são utilizadas para "explicar" a variação na relação entre os dois tipos de salários.⁵ Tal-

⁵Ver, a este respeito, Malan e Wells (1973).

vez mais importante, qualificação é aqui tomada como sinônimo de educação - a variável mais fortemente correlacionada com a renda, por conhecidas razões. É inegável, e aqui não pretendemos minimizar a importância deste aspecto, que o acesso a níveis mais elevados de educação formal constitui um importante canal de ascensão social que, via de regra, traduz-se em maiores rendimentos. O fato relevante, porém, é que a própria desigualdade de rendimentos já se encarrega de selecionar quais indivíduos, principalmente das classes média e alta, terão acesso às oportunidades de ensino de níveis elevados de qualificação.

3 - ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-1970

Na análise do comportamento, das mudanças após 1970 nos níveis de desigualdade da distribuição de renda podem ser distinguidos dois períodos. O primeiro, que se encerra com o início da recessão em 1981, engloba basicamente as mudanças ocorridas na década de 70. Neste período constata-se uma pequena piora nos índices que medem a concentração de renda, embora existam evidências de que no final da década um processo de desconcentração já se encontrava em evolução. Por outro lado, no seguinte, de 1981 até 1986, que compreende inicialmente a recessão econômica recentemente vivida pelo Brasil e no final a recuperação observada na atividade econômica, a evidência é no sentido de um processo de desconcentração na distribuição de renda durante a recessão, mas cujos ganhos foram quase que totalmente perdidos com a recuperação da economia após 1983.

As conclusões obtidas a partir da evidência dos índices de concentração de renda nas décadas de 70 e 80 contrastam fortemente com aquelas obtidas quando a análise se faz em termos de mudanças no rendimento real médio. A renda real média (a preços de setembro de 1986) cresce na década de 70 até os anos 1977-78. Começa então um processo de declínio, atingindo a renda o seu valor mínimo no auge da recessão, em 1983. Com a recuperação econômica a partir de 1984, a renda média volta em 1985 aos níveis de 1977 e em 1986 alcança um novo máximo, tendo crescido neste ano 40%. As

sim, é importante destacar que, embora os ganhos dos índices de concentração obtidos em 1986 sejam pequenos, os da renda média foram substanciais. Esse ponto será retomado mais adiante.

3.1 - A Década de 70

Observada de seus anos extremos, a década de 70 caracterizou-se por uma modesta deterioração na distribuição pessoal de renda. O índice de concentração de Gini passa de 0,57 em 1970 para 0,590 em 1980 quando computado a partir de informações censitárias sobre rendimento da População Economicamente Ativa (PEA) com rendimento, nas duas datas referidas.⁶ Na verdade, se incluirmos os membros da PEA sem rendimentos em ambos os anos, a evidência em favor de um aumento de concentração praticamente desaparece: o índice de Gini passa de 0,607 em 1970 para 0,612 em 1980, dado que diminui a proporção dos sem rendimento no total da PEA entre 1970 e 1980.⁷

O resumo dos resultados da distribuição de renda em 1960, 1970 e 1980 segundo cortes percentuais definidos é apresentado na Tabela 1. Observam-se ganhos de renda média de todos os grupos nas duas décadas localizadas, mas especialmente do decil superior. Os oito primeiros decis, por sua vez, perderam participação relativa na renda gerada. Assim, a renda média dos oito decis inferiores cresceu 107,4% (cerca de 3,72% ao ano) entre 1960 e 1980, ao passo que no decil superior esta taxa alcançou 208,3% (5,79% anuais). Note que a taxa de crescimento da renda média global chegou aos 4,78% ao ano nas duas décadas. Como vimos, a maior parte desse aumento, bem como da desigualdade, ocorreu na década de 60.

Quanto aos anos 70, como já assinalado, estes resultados sugerem que a distribuição de renda sofreu uma pequena deterioração, a julgar pela comparação de 1970 com 1980. O aumento da

⁶O conceito de rendimento do Censo de 1980 é mais amplo do que o do adotado em 1970, principalmente pela inclusão dos recebimentos em bens naquele ano. Ver adiante.

⁷Ver Denslow e Tyler (1983), Tabela 4, pág. 15.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO

PERCENTIL	1960				1970				1980				MUDANÇA PERCENTUAL NA RENDA MÉDIA	
	% do Rendimento		Rendimento Médio (Cz\$ de 1986)		% do Rendimento		Rendimento Médio (Cz\$ de 1986)		% do Rendimento		Rendimento Médio (Cz\$ de 1986)			
	No Per- centil	Acumu- lada	No Per- centil	Acumu- lada	No Per- centil	Acumu- lada	No Per- centil	Acumu- lada	No Per- centil	Acumu- lada	No Per- centil	Acumu- lada	1970/1960	1980/1970
10 ⁻	1,9	1,9	162,9	162,9	1,2	1,2	176,9	176,9	1,2	1,2	266,2	266,2	9	50
10	2,0	3,9	179,6	171,3	2,1	3,2	312,9	244,9	2,0	3,2	459,3	362,7	74	47
10	3,0	6,9	267,4	204,7	3,0	6,2	457,9	315,9	3,0	6,2	666,7	464,2	71	46
10	4,4	11,3	388,5	250,7	3,8	10,0	581,0	382,1	3,6	9,7	807,8	550,1	50	39
10	6,1	17,4	543,1	309,2	5,0	15,1	765,5	458,8	4,4	14,1	998,2	639,6	41	30
10	7,5	24,9	672,6	367,6	6,2	21,2	940,3	539,1	5,6	19,7	1 262,5	743,5	40	34
10	9,0	33,9	798,0	430,3	7,2	28,4	1 099,4	619,1	7,2	26,9	1 622,2	869,0	38	48
10	11,3	45,2	1 002,7	501,3	10,0	38,4	1 517,5	731,4	9,9	36,8	2 236,4	1 039,9	51	47
10	15,2	60,4	1 353,6	597,4	15,2	53,5	2 309,2	906,7	15,4	52,1	3 477,1	1 310,7	71	51
10 ⁺	39,6	100,0	3 517,7	889,4	46,5	100,0	7 085,5	1 524,6	47,9	100,0	10 843,2	2 264,1	101	53
GINI	0,497				0,565				0,59				140	4
60 ⁻	24,9	-	367,64	-	21,2	-14,86	539,1	46,6	19,7	-7,08	743,5	37,9	46,6	37,9
20 ⁺	54,8	-	2 435,64	-	61,7	12,59	4 697,35	92,9	63,3	2,59	7 160,2	52,4	93	52

FONTE: Tabulações especiais do Censo Demográfico 1960/1970/1980 (IBGE).

- Valores convertidos a preços de setembro de 1986.

renda média na década alcançou 48% (4,03% ao ano) cifra semelhante ao ganho em quase todos os decis. As exceções relevantes são o 4º, 5º, e 6º decis, com perdas relativas.

Estes resultados são surpreendentes quando se considera o fato do PIB per capita ter crescido no período à taxa de 6,0% ao ano.⁸ E são ainda mais preocupantes, porque o conceito de rendimento do Censo de 1980 inclui os recebimentos em espécie e o de 1970 não - os quais são provavelmente mais importantes, relativamente, para as classes de renda mais baixas. Assim, é possível que uma correção que tornasse os dados estritamente comparáveis produzisse como resultado um índice de concentração em 1980 maior do que o de 1970.

E o que teria ocorrido ao longo da década? A evidência neste ponto é fragmentada e mesmo contraditória, além de que os dados nem sempre são estritamente comparáveis. No entanto, há indicações de que teria havido um aumento de concentração até 1976/77, e uma posterior redução no final da década. Esta afirmativa baseia-se nas seguintes evidências:

i) a PNAD de 1972, referente ao último trimestre do ano, apresenta informações preliminares com respeito ao índice de concentração na distribuição pessoal de renda. A partir destes dados o índice de Gini calculado foi 0,622, bem superior ao computado com base nos dados do Censo Demográfico de 1970 (0,562), indicando, portanto, um aumento de concentração no biênio. Deve ser notado, porém, que a PNAD-72 não é estritamente comparável ao Censo Demográfico de 1970 dado que naquela as regiões Norte e Centro-Oeste do país não foram amostradas e, também devido a diferenças na definição da variável renda;⁹

⁸A taxa de crescimento populacional na década foi de 2,49% ao ano, bem inferior à da PEA com rendimento (4,46% ao ano). Isto ajuda a explicar a diferença entre as taxas de crescimento do PIB per capita e do rendimento médio da PEA com rendimento.

⁹Cf. IBGE, Indicadores Sociais (1979), capítulo referente à distribuição de renda, Quadro 8. A PNAD-72 inclui o rendimento não monetário, imputa o valor de aluguel imobiliário que pagaria o proprietário, e explicita os rendimentos de aposentadoria e pensões, donativos e indenizações.

ii) uma idéia do que ocorreu no topo da distribuição de rendimentos (e não só salários) pode ser obtida a partir dos dados de renda bruta das declarações do Imposto de Renda de pessoas físicas, selecionando os cerca de 4,5 milhões de declarantes de renda mais elevada. O quadro aqui - embora não despidido de ambigüidade, dadas as variações no número de pessoas em que se baseiam os resultados e o fato de se trabalhar com rendimentos brutos - é o de aumento na concentração entre 1970 e 1972 (segundo, aliás, a tendência que vinha desde 1968, segundo este indicador) e redução gradual entre 1972 e 1975, quando o índice alcança aproximadamente o mesmo valor de cinco anos antes;

iii) a partir das informações das tabulações da Lei de 2/3, é possível, dada sua riqueza de detalhes, ir além na análise. Cobrindo cerca de 8,8 milhões de empregados no meio urbano em 1974 (Indústria, Comércio e Serviços - exclusive Governo), estas informações prestam-se à obtenção de importantes subsídios para a formação do quadro da evolução da distribuição de salários entre 1970 e 1974. De início, os resultados mostram que os ganhos de salário real da metade inferior do emprego industrial foram de 1,4% ao ano, enquanto que no decil superior o aumento alcançou os 13,1% anuais. Com relação a Comércio e Serviços os resultados são ainda menos favoráveis: a metade inferior da distribuição apresentou uma redução média anual de salário real de 1,3% entre os anos extremos, ao passo que no decil superior o salário real aumentou à taxa média de 6,6% ao ano, o resultado final, em termos do índice de concentração de Theil, revela um aumento de 0,38 em 1970 para 0,52 em 1974 no que se refere à Indústria. Quanto a Comércio e Serviços, o aumento correspondente é de 0,44 para 0,52. O índice agregado de todos os setores aumentou de 0,41 em 1970 para 0,53 em 1974. Mais ainda, a comparação dos resultados referentes aos anos inicial e final não encobre ambigüidades do tipo "alguns estratos inferiores melhoraram de posição relativa". De fato, o traçado das curvas de Lorenz mostra que, embora ocorram interseções das curvas nas camadas de salários mais baixos entre 1970 e 1972 - o que se traduz em ambigüidade quanto à interpretação do ocorrido com a concentração - a partir deste último ano as curvas de Lorenz situam-se claramente à direita das anteriores à medida que avançamos ao longo do tempo, revelando inequivocamente o aumento da concentração salarial em favor dos estratos superiores;

iv) a análise segundo categorias educacionais é também extremamente sugestiva, especialmente ao se ter em mente a ênfase atribuída a esta variável na análise do aumento da desigualdade de rendimentos nos anos 60. A rigor, é importante assinalar que a distribuição de salários - e não de rendas - é que seria mais relevante para esta análise, dado que é a partir de sua qualificação formal ("educação") que a mão-de-obra situada nos estratos superiores das categorias educacionais teria podido auferir ganhos extras no mercado de trabalho, dadas as condições de uma oferta inelástica e crescimento da demanda por seus serviços;

v) restringindo-se a análise ao setor industrial, inicialmente há que se considerar que, de acordo com expectativas teóricas no que se refere à relação entre nível educacional e mobilidade social, os resultados para o ano de 1970 mostram que os graus de concentração da renda salarial aumentam pari passu com os níveis educacionais. A exceção é o grupo "universitário completo" onde a concentração é maior apenas que as dos grupos "sem instrução formal" e com "primário incompleto". Este índice relativamente baixo para os trabalhadores com curso universitário, no entanto, pode estar refletindo uma distorção introduzida pelo fato de que os indivíduos com universitário completo encontram-se fortemente concentrados na classe superior de salários, fato este que tende a reduzir a variância dos salários e, portanto, o índice de concentração. Em 1974, aliás, a situação é análoga, sendo que o argumento se aplica com mais força pelo fato de ter sido mantido, nas tabulações, o mesmo limite de classes em termos correntes para todos os anos disponíveis. Em particular, exceto para o grupo de pessoas nesta categoria - o que é provavelmente devido à distorção acima apontada -, os níveis de concentração salarial aumentam entre 1970 e 1974 em relação a todos os níveis educacionais. Adicionalmente, o aumento é mais forte precisamente em relação ao grupo em que isto não era esperado: o das pessoas sem instrução formal.

vi) ao decompor o índice de desigualdade total nas partes que se devem às desigualdades intercategorias educacionais e intracategorias educacionais obtêm-se os seguintes resultados: a maior parte do coeficiente de desigualdade - 60% em 1970 e 68% em 1974 - deve-se à concentração salarial dentro de cada grupo educa

cional. A contribuição da desigualdade entre as classes é o complemento da anterior. Embora substancial - o que, afinal, é o que justifica a abordagem que procura explicar a concentração de renda em função de atributos educacionais da mão-de-obra - reduziu-se entre 1970 e 1974 como proporção da desigualdade total. A conclusão a extrair, dada a predominância da contribuição para a desigualdade do componente dentro das categorias educacionais, é que durante o período de referência outros fatores, que não a educação, tiveram importância crescente na explicação da concentração de salários observada. É uma vez que é de se esperar que a distribuição entre salários e outras rendas não tenha relação muito íntima com os níveis educacionais da força de trabalho, pode-se concluir que este último fator teve, pelo menos no período analisado, pouca relação com a distribuição de renda.

Conclui-se que o crescimento econômico no quadriênio 1970/74 foi acompanhado, ao menos quanto ao mercado de trabalho "formal" urbano coberto pela Lei de 2/3, por um crescimento da demanda de trabalho fortemente visado no sentido da mão-de-obra com graus mais elevados de qualificação educacional. O fato de que isto não se tenha traduzido em ganhos salariais mais elevados para aqueles no topo da pirâmide educacional pode já estar encobrendo a acentuada expansão do ensino superior no Brasil no início da década de 70, a qual parece estar alterando a (pretensa) inelasticidade da oferta de mão-de-obra qualificada - isto é, medida por anos de escolaridade formal. É importante ressaltar que o mesmo ocorre para o grupo de pessoas com universitário completo em Comércio e Serviços onde, entre 1970 e 1974, o emprego da categoria quase dobrou enquanto o salário médio real não conseguia manter seu nível inicial.

vii) A evidência mais completa do timing das modificações observadas na distribuição de rendimentos no final da década de 70 pode ser obtida pela comparação dos resultados das PNADs 1976, 1979 e 1981. Estes resultados estão apresentados na Tabela 2. A análise dos resultados em termos do convencional índice de Gini revela que este diminuiu de 0,589 em 1976, para 0,574 em 1979, e

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO REAL MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO¹ SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAIS

CORTEIS PERCENTUAIS	1976				1979 ³				1981 ⁴			
	% do Rendimento		Valor Médio do Rendimento Real ² Mensal (Cz\$ 1.000)		% do Rendimento		Valor Médio do Rendimento Real ² Mensal (Cz\$ 1.000)		% do Rendimento		Valor Médio do Rendimento Real ² Mensal (Cz\$ 1.000)	
	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas
10 ⁻	1,0	1,0	221,42	221,42	0,9	0,9	198,50	198,50	1,0	1,0	204,09	204,09
10	2,2	3,2	484,62	355,11	2,0	2,9	410,60	304,55	1,9	2,9	392,96	298,71
10	2,7	5,9	597,42	434,49	2,9	5,8	608,80	405,96	2,9	5,8	592,04	396,35
10	3,2	9,1	722,75	505,51	3,7	9,5	767,12	496,25	3,9	9,7	793,45	495,64
10	4,4	13,5	985,95	601,60	4,4	13,9	914,69	579,95	4,5	14,2	923,32	581,16
10	5,1	18,6	1 140,53	693,51	5,7	19,6	1 182,40	680,34	6,0	20,2	1 219,75	687,59
10	6,7	25,3	1 499,82	806,31	7,4	27,0	1 545,08	803,89	7,9	28,1	1 608,71	819,17
10	9,8	35,1	2 201,68	981,78	10,2	37,2	2 121,88	968,63	10,5	38,6	2 148,71	985,37
10	14,5	49,6	3 262,84	1 236,62	16,0	53,2	3 323,57	1 230,29	16,1	54,7	3 290,63	1 241,51
10 ⁺	50,4	100,0	11 300,86	2 243,46	46,8	100,0	9 739,01	2 081,17	45,3	100,0	9 231,91	2 040,56
5 ⁺	37,9	-	16 982,64	-	33,8	-	14 072,63	-	32,4	-	13 223,41	-
1 ⁺	17,4	-	38 961,88	-	13,8	-	28 684,75	-	12,7	-	25 951,07	-
LIMITE INFERIOR GINI	0,589				0,574				0,562			
LIMITE SUPERIOR	0,615				0,585				0,573			

INPES, 145/88

Continua

Continuação

CORTEES PERCENTUAIS	1983 ⁴				1985				1986			
	% do Rendimento		Valor Médio do Rendimento Real Mensal (Cz\$ 1.000) ²		% do Rendimento		Valor Médio do Rendimento Real Mensal (Cz\$ 1.000) ²		% do Rendimento		Valor Médio do Rendimento Real Mensal (Cz\$ 1.000) ²	
	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas	Da Classe Percentual	Das Classes Acumuladas
10 ⁻	1,0	1,0	187,61	187,61	0,9	0,9	196,08	196,08	1,0	1,0	316,87	316,97
10	1,8	2,8	328,87	258,23	1,9	2,8	414,36	305,22	2,2	3,2	670,60	493,79
10	2,2	5,5	503,20	339,89	2,5	5,3	562,38	390,94	2,6	5,8	801,35	596,31
10	3,5	9,0	641,02	415,17	3,5	8,8	774,66	486,87	3,6	9,4	1 126,07	728,75
10	4,2	13,2	779,41	488,02	4,3	13,1	950,23	579,54	4,1	13,5	1 276,20	838,24
10	5,5	18,7	1 005,91	574,33	5,0	18,1	1 115,88	668,93	5,6	19,1	1 726,57	986,29
10	7,5	26,2	1 374,97	688,72	7,3	25,4	1 629,32	806,13	7,4	26,5	2 309,50	1 175,32
10	10,3	36,5	1 890,36	838,92	10,5	35,9	2 328,73	996,46	10,1	36,5	3 158,51	1 423,22
10	16,6	53,1	3 043,62	1 083,89	16,4	52,3	3 657,69	1 292,15	15,9	52,5	4 958,32	1 816,01
10 ⁺	46,9	100,0	8 600,91	1 835,58	47,7	100,0	10 591,74	2 222,11	47,5	100,0	14 783,74	3 112,78
5 ⁺	33,6	-	12 329,53	-	34,2	-	15 209,59	-	34,3	-	21 347,77	-
1 ⁺	13,7	-	25 171,51	-	14,3	-	31 876,66	-	15,3	-	47 286,14	-
LIMITE INFERIOR GINI	0,582				0,588				0,577			
LIMITE SUPERIOR	0,592				0,605				0,595			

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

- 1 Excluídas as pessoas economicamente ativas, sem declaração de rendimentos e sem rendimentos.
- 2 Valores convertidos a preços de setembro de 1986, utilizando-se o Índice Geral de Preços (IGP) concernente ao mês de referência das PNADs.
- 3 Excluída a população da área rural da região Norte e dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.
- 4 Excluída a população da área rural da região Norte.

finalmente para 0,562 em 1981. Esta tendência de queda do índice de Gini parece marcar uma descontinuidade no processo de piora nos índices de concentração previamente observados. Porém, como veremos na subseção seguinte, a evidência dos anos 80 não nos permite chegar a uma conclusão tão claramente otimista.

Uma alternativa metodológica na análise acima envolve considerarmos a unidade familiar como a unidade básica recipiente de renda. Como é sabido, uma das formas de compensar as desigualdades pessoais de rendimentos consiste no ingresso de mais de uma pessoa da família no mercado de trabalho em busca de ocupação remunerada.

A comparação dos índices de Gini obtidos a partir dos dados de rendimentos das famílias do Censo Demográfico de 1970 com os da PNAD-76 mostra que o índice se manteve praticamente inalterado. A partir de estimativas do IBGE, que excluem as famílias sem renda, o índice de Gini mudou de 0,564 para 0,561. Note-se que, a despeito dos problemas de compatibilidade entre essas fontes de dados,¹⁰ tal resultado é informativo, já que a mesma comparação entre os índices de Gini computados a partir da distribuição de renda pessoal acusou uma sensível piora nos índices de concentração (de 0,565 para 0,589).¹¹

Por outro lado, utilizando-se resultados obtidos por Hoffmann (1986 e 1988), e que incluem as famílias com renda zero, obtêm-se índices de Gini de 0,608 e 0,583, para 1970 e 1976, respectivamente.

¹⁰ Em particular, a PNAD-76 inclui uma avaliação dos produtos recebidos como contrapartida do trabalho; inclui também explicitamente aposentadoria e pensões, doações e mesadas.

¹¹ Os índices referem-se à PEA com rendimento, e excluem as regiões fisiográficas Norte e Centro-Oeste em ambas as datas. Infelizmente não se dispõe de resultados para o total da PEA (isto é, incluindo também as pessoas sem rendimento). Vide IBGE, Indicadores Sociais (1979), Tabela 9.

Se, no entanto, atentarmos para o fato de que os dados básicos de 1976 incluem remuneração em espécie,¹² e que esta provavelmente eleva a renda dos mais pobres proporcionalmente mais do que a dos mais ricos, segue-se que uma avaliação de dados estritamente comparáveis poderia revelar um aumento no grau de concentração entre 1970 e 1976 mesmo considerando-se a unidade familiar como a base de medida.

Por outro lado, quando comparamos os índices de Gini obtidos a partir da renda familiar para as diferentes amostras da PNAD de 1976 a 1981, e excluindo-se as famílias sem renda, o comportamento geral não difere substancialmente daquele observado quando utilizamos como base para os cálculos a renda pessoal. O índice de Gini varia de 0,561 em 1976 para 0,550 em 1979 e para 0,542 em 1981, revelando a mesma tendência de declínio apresentada anteriormente. Porém, quando as famílias sem rendimento são incluídas na distribuição de rendimentos os índices de Gini computados apresentam uma quase constância no período de análise (0,583 em 1976, 0,588 em 1979, e 0,584 em 1981).

O importante a ressaltar neste ponto é que, a julgar pelas estimativas acima apresentadas e condensadas na Tabela 3, nos anos 60 o processo de concentração de renda se caracterizou por aumentos do rendimento médio dos estratos mais ricos muito mais rápidos do que os demais, e que o das classes médias, em particular, cresceu bem menos que os demais. Já nos anos 70 notou-se um abrandamento deste processo de concentração na distribuição de renda, processo este que se define claramente a partir de 1976 quando as classes de renda baixa e média conseguiram obter ganhos reais enquanto que as classes de renda mais alta sofreram perdas reais. A variação percentual da renda real média entre 1976 e 1980 foi de 6,8% para os 30% inferiores, 8,1% para os 40% seguintes, -1,4% para os 30% superiores, e -4,0% para os 10% superiores.

¹²Este fato provavelmente explica a elevadíssima taxa de crescimento do rendimento médio no período, muito acima da renda per capita.

TABELA 3

CORTES PERCENTUAIS	RENDIMENTOS MÉDIOS				MUDANÇAS PERCENTUAIS NOS RENDIMENTOS MÉDIOS (%)		
	1960	1970	1976	1980	1970/1960	1976/1970	1980/1976
30% inferiores	204,7	315,9	434,5	464,2	54,3	37,5	6,8
40% seguintes	599,5	846,5	1 085,6	1 172,6	41,2	28,2	8,1
30% superiores	1 958,0	3 637,4	5 595,0	5 518,9	85,7	53,8	-1,4
10% superiores	3 517,7	7 085,5	11 300,8	10 843,2	101,4	59,5	-4,0
MÉDIA	889	1 524,5	2 243,5	2 264,1	71,5	47,1	0,1

FONTE: Tabelas 1 e 2.



3.2 - Os Anos 80

A análise da década de 80 pode ser feita a partir dos dados das PNADs de 1981, 1983, 1985 e 1986 (Tabela 2). Este conjunto de dados tem a característica de ser o único que não sofre de qualquer problema de comparabilidade com respeito ao processo de coleta das amostras e definições das variáveis. Analisando a distribuição pessoal de renda verifica-se que o comportamento do índice de Gini apresenta uma tendência levemente crescente no período, indicando um aumento no grau de desigualdade (de 0,562 em 1981, para 0,582 em 1983, para 0,588 em 1985, e para 0,577 em 1986). A mudança observada entre 1985 e 1986 indica uma redução no nível de desigualdade associada a um modesto redistributivismo de fato no período do Plano Cruzado. A persistência destes resultados no final da década de 80 ainda está em aberto. Notamos um comportamento similar, porém de forma menos acentuada, quando se analisa a renda familiar. Neste caso o índice de Gini muda de 0,542 em 1981 para 0,549 em 1983 (quando excluimos as famílias sem rendimento) e de 0,584 em 1981 para 0,589 em 1983 e para 0,592 em 1985 (quando incluimos as famílias sem rendimento).

Assim, em um primeiro momento, o impacto do processo recessivo foi o de reduzir os níveis de concentração da renda. Não deixa de ser surpreendente constatar que com o aprofundamento da recessão e a política salarial de 1983 piora a concentração de renda. Com a retomada do crescimento econômico os índices de Gini aumentaram ainda mais, retornando aos níveis prevalecentes quase dez anos antes. O impacto do Plano Cruzado foi o de, no máximo, fazer retornar os níveis de desigualdade aos observados em 1979.

Contudo, a despeito das pequenas mudanças nos índices de concentração de renda na década de 80, a análise do comportamento da renda pessoal média entre 1979 e 1986 nos proporciona evidências adicionais com respeito aos movimentos de desconcentração e posterior concentração de renda ocorridos no período. A Tabela 4 sumaria alguns resultados importantes. Entre 1979 e 1983 a renda média pessoal dos 30% inferiores da distribuição caiu 16,3%,

TABELA 4

	RENDIMENTOS MÉDIOS				MUDANÇAS PERCENTUAIS (%)		
	1976	1979	1983	1986	1979/1976	1983/1979	1986/1983
30% inferiores	434,5	406,0	339,9	596,3	-6,6	-15,3	75,3
40% seguintes	1 085,6	1 102,3	950,3	1 609,6	1,5	-13,8	69,4
30% superiores	5 595,0	5 061,2	4 511,6	7 633,5	-9,5	-10,9	69,2
1% superiores	38 961,9	28 684,7	25 171,5	47 286,2	-26,4	-12,2	87,8

FONTE: Tabelas 1 e 2.

a dos 40% seguintes caiu 13,8%, enquanto que a dos 30% superiores caiu 10,9%. Este processo de perda absoluta e relativa de renda pelas classes médias e baixas resultou no observado aumento dos índices de concentração (de 0,574 em 1979 para 0,582 em 1983). Com a recuperação econômica, após 1983, a renda média cresceu até 1986 de 75,3% para os 30% inferiores, 69,4% para os 40% seguintes e 69,2% para os 30% superiores, sendo que a renda do 1% mais ricos cresceu 87,8%.

Finalmente, e considerando-se a década 1976/86 como um todo, nota-se que a quase totalidade dos ganhos obtidos na renda média se deu em 1986: a renda média (em Cr\$ 1.000) decresceu de 2.243 em 1976 para 1.835 em 1981 (ou -18%), cresceu para 2.222 em 1985 (ou +21%), e cresceu novamente para 3.112 em 1986 (ou +40%). Deve ser ressaltado que, apesar do crescimento substancial da renda média em 1986, o decréscimo no índice de Gini foi pequeno (de 0,588 em 1985 para 0,577 em 1986).

Estamos agora em posição de resumir os pontos mais importantes levantados no texto, à guisa de conclusão. A primeira observação é que a retórica desenvolvimentista do final dos anos 60 propunha que o processo de concentração de renda que então já se observava era temporário e, principalmente, reversível. Vinte anos depois, a primeira parte da proposição revelou-se verdadeira. Todas as evidências que se pode acumular em relação à distribuição de renda (pessoal ou familiar, excluindo ou incluindo o grupo dos sem rendimento) apontam, com pequenas qualificações, para o mesmo quadro: um aumento da concentração desde 1960 até meados da década de 70.

A segunda parte da proposição acima referida, relativa à reversibilidade do processo de concentração, é mais controversa. A redução no grau de concentração da renda pessoal entre 1976/77 e 1981 não só foi de pequena expressão como também foi revertida no período imediatamente seguinte, até 1985. Talvez mais interessante do que as tendências gerais são os pontos de reversão dessas tendências. É difícil explicar, como já assinalado,

por que aumentou a concentração da renda pessoal na recessão de 1981/83 em presença da política salarial da época. Uma explicação plausível é a que atribui à alta rotatividade do emprego na base da pirâmide salarial a responsabilidade pelo aumento no grau de concentração. Como com a rotatividade substitui-se mão-de-obra melhor remunerada por mão-de-obra com remuneração mais baixa, o efeito é um aumento na concentração de renda. Segundo Hoffmann (1988), o índice de Gini incluindo as pessoas com rendimento nulo passa de 0,572 em 1981 para 0,591 em 1983. Mesmo excluindo os sem rendimento observa-se um aumento expressivo: de 0,562 para 0,582 (Tabela 2).

A estranheza que esse fato causa vem de que, em termos mais gerais, o resumo de estatísticas recolhido pelo presente artigo induz uma interpretação do relacionamento entre crescimento econômico e distribuição de renda tal que períodos de crescimento acelerado estão associados a aumentos nos índices de concentração. Em períodos de lento crescimento, por outro lado, observam-se reduções em índices de concentração.

Claramente, não é intenção deste artigo teorizar em torno destas questões; nosso objetivo foi, tão-somente, o de organizar conjuntos de informações sobre distribuição de renda para fornecer uma visão de longo prazo nesse assunto. Essa visão, nunca será demais ressaltar, não é nada otimista. A política econômica brasileira e o funcionamento dos mercados de bens e fatores não parecem ter sido capazes de alterar padrões e tendências de distribuição de renda claramente regressivos: após décadas de crescimento acelerado o Brasil ainda ostenta uma das distribuições de renda mais perversas do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, E.L. e TAYLOR, L. (1978), "Brazilian Income Distribution in the 60's: Facts, Model Results and the Controversy" em Journal of Development Studies, v. 14, n. 3.

DENSLOW, Jr. D., e TYLER, W.G. (1983), "Perspectives on Poverty and Income Inequality in Brazil: An Analysis of the Changes During the 1970s", World Bank Staff Working Papers, n. 61.

FISHLOW, A. (1972), "Brazilian Size Distribution of Income", em American Economic Review, maio.

_____ (1973), "Distribuição da Renda no Brasil: Um Novo Exame", em Dados, n. 11.

HOFFMANN, R. e DUARTE, J.C. (1972), "A Distribuição da Renda no Brasil", em Revista de Administração de Empresas, v. 12, n. 2.

HOFFMANN, R. (1973), "Considerações sobre a Evolução Recente da Distribuição da Renda no Brasil", em Revista de Administração de Empresas, v. 13, n. 4.

HOFFMANN, R. e KAGEYAMA, A.A. (1986, "Distribuição da Renda no Brasil, entre Famílias e entre Pessoas, em 1970 e 1980", Estudos Econômicos, 16(1):25-51.

HOFFMANN, R., "Evolução da Distribuição da Renda no Brasil, entre Pessoas e entre Famílias na Primeira Metade da Década de 80" em Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea, Série Monográfica nº 35, editado por Guilherme L. Sedlacek e Ricardo Paes de Barros, INPES/IPEA, 1988 (no prelo).

IBGE (1979), Indicadores Sociais: Tabelas Seleccionadas.

_____ (1984), Indicadores Sociais: Tabelas Seleccionadas.

IBGE (1976 a 1984), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Brasil, v. 1 a 4, tomo 8.

_____ (1985 e 1986), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Brasil, Tabulações Especiais.

LANGONI, C.G. (1973), Distribuição da Renda e Crescimento Econô- mico do Brasil, Ed. Expressão e Cultura.

MALAN, P.S., e WELLS, J. (1973), "Distribuição de Renda e Desen- volvimento Econômico do Brasil", em Pesquisa e Planejamento E- conômico, v. 3, dezembro.

TOLIPAN, R.M.L., e TINELLI, A.C. (1975), A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento, Zahar Editores.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

EDITADOS A PARTIR DE JANEIRO DE 1986

- Nº 85 - "Fundos Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz Azeredo da Silva, Janeiro 1986, 29 p.
- Nº 86 - "Optimal Foreign Borrowing in a Multisector Dynamic Equilibrium Model: A Case Study for Brazil", Octávio A.F. Tourinho, Janeiro 1986, 47 p.
- Nº 87 - "Proposta de Diretrizes Preliminares para uma Política de Abastecimento", Maria Beatriz de A. David, Março 1986, 44 p.
- Nº 88 - "Os Impactos da Política de Comercialização Agrícola sobre a Produção e os Preços. Uma Análise da Literatura e Algumas Evidências Empíricas", Maria Beatriz de A. David e Luis Alberto de L.C. Ribeiro, Março 1986, 49 p.
- Nº 89 - "Distribuição de Renda: 1970/1980", José W. Rossi, Maio 1986, 17 p.
- Nº 90 - "Balança Comercial e Dinâmica da Desvalorização Cambial no Brasil, 1970/84", Helson C. Braga e José W. Rossi, Maio 1986, 20 p.
- Nº 91 - "Algumas Considerações sobre os Efeitos da Reforma Monetária no Campo Social: Seguro-Desemprego e Previdência Social", Francisco E.B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e Marco Aurélio de Sá Ribeiro (estagiário), Maio 1986, 16 p.
- Nº 92 - "Modelos de Previsão para Séries de Produção e Preços : Metodologia Bayesiana e Box-Jenkins para Séries Temporais", Gutemberg H. Brasil, Hélio S. Migon, Reinaldo C. Souza, Sérgio S. Portugal, Maio 1986, 63 p.
- Nº 93 - "O Controle de Preços dos Alimentos e seus Efeitos sobre a Produção e o Abastecimento. Algumas Considerações para o Ano de 1986", Maria Beatriz de A. David, Junho 1986, 39 p.

- Nº 94 - "Previsão da Inflação e Produção Industrial Pós-Choque via Análise de Intervenção", H.S. Migon e G.H. Brasil , Julho 1986, 18 p.
- Nº 95 - "Exacerbação do Consumo e Salário Médio: Evidências sobre o Efeito-Sincronização", Ricardo Cicchelli Velloso , Setembro 1986, 20 p.
- Nº 96 - "The Demand for Money in Brazil Revisited", José W. Rossi, Outubro 1986, 24 p.
- Nº 97 - "O Programa de Estabilização Econômica e o Poder de Compra do Salário Mínimo", Daniel A.R. de Oliveira e Ricardo Cicchelli Velloso, Outubro 1986, 19 p.
- Nº 98 - "Formação de Expectativas num Contexto de Inflação Baixa e Alta Incerteza", Fábio Giambiagi, Outubro 1986, 38 p.
- Nº 99 - "Progresso Técnico na Indústria Brasileira: Indicadores e Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Virene Matesco, Outubro 1986, 71 p.
- Nº 100 - "As Migrações Internas e a Previdência Social", Maria Helena F.T. Henriques e Kaizô Iwakami Beltrão, Outubro 1986, 59 p.
- Nº 101 - "Testing for First Order Serial Correlation in Temporally Aggregated Regression Models", Pedro L. Valls Pereira , Novembro 1986, 17 p.
- Nº 102 - "Notas sobre as Estatísticas de Investimento no Brasil", Guilherme Gomes Dias, Dezembro 1986, 35 p.
- Nº 103 - "A Dívida Pública no Brasil e a Aritmética da Instabilidade", José W. Rossi, Dezembro 1986, 12 p.
- Nº 104 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 1: Proposta de Reforma do Sistema Tributário Brasileiro", Fernando A. Rezende da Silva, Março 1987, 63 p.

- Nº 105 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 2: Tributação de Renda e do Patrimônio", Francisco de Paulo Correia Carneiro Giffoni e Luiz A. Villela, Fevereiro 1987, 67 p.
- Nº 106 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 3: Tributação de Mercadorias e Serviços", Ricardo Varsano, Fevereiro 1987, 165 p.
- Nº 107 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 4: Contribuições Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz A. Silva, Fevereiro 1987, 94 p.
- Nº 108 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 5: Federalismo Fiscal", José Roberto Afonso e Thereza Lobo, Março 1987, 153 p.
- Nº 109 - "A Aritmética da Escala Móvel: Uma Análise do Comportamento do Salário Real num Regime de Reajustes com Periodicidade Endógena", Fábio Giambiagi, Março 1987, 30 p.
- Nº 110 - "Inflação, Preços Mínimos e Comercialização Agrícola: A Experiência dos Anos Oitenta", Gervásio Castro de Rezende, Abril 1987, 39 p.
- Nº 111 - "A Política Salarial e a Crise Econômica", Fernando A. Rezende da Silva, Maio 1987, 32 p.
- Nº 112 - "Surplus Labor and Industrialization", Kevin M. Murphy, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny, Maio 1987, 19 p.
- Nº 113 - "Um Modelo de Consistência Multissetorial para a Economia Brasileira", Márcio Gomes Pinto Garcia, Maio 1987, 42 p.
- Nº 114 - "Endividamento Municipal: O Estado Atual das Dívidas das Capitais Estaduais", Thompson Almeida Andrade, Agosto 1987, 26 p.
- Nº 115 - "Modelo de Equilíbrio Geral para o Brasil com Fluxos Reais e Financeiros Integrados", Marco Antonio Cesar Bonomo, Outubro 1987, 43 p.

- Nº 116 - "Elasticidades de Engel no Brasil usando um Sistema de Equações com Especificação LOGIT", José W. Rossi e Cesar das Neves, Outubro 1987, 15 p.
- Nº 117 - "Projeções do IPCA", Pedro L. Valls Pereira e Sergio S. Portugal, Outubro 1987, 36 p.
- Nº 118 - "A Carteira de Trabalho e as Condições de Trabalho e Remuneração dos Chefes de Família no Brasil", Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, Outubro 1987, 28 p.
- Nº 119 - "Perspectivas e Necessidades Educacionais da Mão-de-Obra", Manoel Augusto Costa, Outubro 1987, 16 p.
- Nº 120 - "Modelo Multissetorial CEPAL/IPEA para o Brasil", Fábio Giambiagi, Guilherme Gomes Dias, Juan José Pereira e Márcio Gomes Pinto Garcia, Outubro 1987, 124 p.
- Nº 121 - "A Reforma Fiscal no Processo de Elaboração da Nova Constituição", Fernando A. Rezende da Silva e José Roberto R. Afonso, Novembro 1987, 53 p.
- Nº 122 - "Avaliação do Sistema Tributário Proposto no Projeto de Constituição", Ricardo Varsano, Novembro 1987, 35 p.
- Nº 123 - "O Orçamento Brasileiro: seu Processo Atual e as Reformulações Propostas no Projeto Constitucional", Maria da Conceição Silva, Novembro 1987, 30 p.
- Nº 124 - "As Contribuições Sociais no Projeto de Constituição", Beatriz Azeredo, Novembro 1987, 55 p.
- Nº 125 - "Endividamento Municipal: Análise da Situação Financeira de Quatro Capitais Estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador)", Thompson A. Andrade, Novembro 1987, 33 p.
- Nº 126 - "Ajuste Externo e Agricultura no Brasil: 1981/86", Gervásio Castro de Rezende, Dezembro 1987, 46 p.

- Nº 127 - "Considerações sobre a Relação entre a Dívida Pública e a Inflação", José W. Rossi, Dezembro 1987, 09 p.
- Nº 128 - "Estratégias de Desenvolvimento: América Latina vs. Leste Asiático", Armando Castelar Pinheiro, Dezembro 1987, 35p.
- Nº 129 - "Industrial Policies and Multinational Enterprises in Latin America", Helson C. Braga e Virene Matesco, Dezembro 1987, 30 p.
- Nº 130 - "A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barros, Janeiro 1988, 28 p.
- Nº 131 - "Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fabio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.
- Nº 132 - "O (Des)controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José Roberto R. Afonso, Janeiro 1988, 75 p.
- Nº 133 - "O "Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fábio Giambiagi, Março 1988, 17 p.
- Nº 134 - "Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M. Polónia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.
- Nº 135 - "Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março de 1988, 23 p.
- Nº 136 - "Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do FINSOCIAL", Bernhard Beiner, Abril 1988, 27 p.

VI

- Nº 137 - "Testes de Exogeneidade da Moeda para a Economia Brasileira", Pedro L. Valls Pereira e João Luiz Mascolo, maio de 1988, 22 p.
- Nº 138 - "A Receita Fiscal no Brasil: 1982/87 - Análise do Comportamento da Arrecadação Global e da sua Composição", Fabio Giambiagi, maio de 1988, 18 p.
- Nº 139 - "O Brasil e a Atual Rodada de Negociações do GATT", José Tavares de Araujo Jr, maio de 1988, 21 p.
- Nº 140 - "Produtividade e vantagens comparativas dinâmicas na indústria brasileira: 1970-83", Helson C. Braga e Ernani Hickmann, junho de 1988, 23 p.
- Nº 141 - "Dívidas e Déficits: Projeções para o Médio Prazo", E.J. Reis, R. Bonelli e S.M. Polônia Rios, Junho de 1988, 45 p.
- Nº 142 - "Importação de Tecnologia e Esforço Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Larry N. Willmore, Junho de 1988, 32 p.
- Nº 143 - "Estimativas de Preços Econômicos no Brasil", Ronaldo Serôa da Motta, Junho de 1988, 18 p.
- Nº 144 - "Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80", Manoel Augusto Costa, Junho de 1988, 55 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico (quadrimestral), desde 1971; Literatura Econômica (quadrimestral), desde 1977; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Textos para Discussão do Grupo de Energia (TDE); Série Monográfica; Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO); Relatório Interno; Informes Conjunturais; Boletim Conjuntural; Série Estudos sobre Economia do Setor Público (ESEP) e Série Fac-Símile.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)